



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 967/2016–ML

ASSUNTO: CONSULTA

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 15.682/2014

EMENTA: 1. SSP/DF. CONSULTA. INFORMAÇÃO DO CID AO TCDF. PREENCHIMENTO NO SIRAC. ANÁLISE DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. ART. 1º, XV, DA LC Nº 1/1994 C/C ART. 194 DO RI/TCDF. DECISÃO Nº **4.262/2014. CONSULTA NÃO CONHECIDA, COM ESCLARECIMENTO E ALERTA.** DECISÃO Nº 438/2015. CIÊNCIA AOS JURISDICIONADOS ACERCA DO TEOR DA DECISÃO Nº 4.262/2014. NOVA CONSULTA FORMULADA PELA SSP/DF. DECISÃO Nº 1.868/2015. **NÃO CONHECIMENTO DA CONSULTA E ALERTA À SSP/DF.** ORIENTAÇÕES E PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS PELO IBRAM. AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO DO CID PELA SUBSAUDE/SEPLAG. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

2. UNIDADE TÉCNICA ENTENDE PELO **DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO Nº 4.262/2014** DEVIDO À NEGATIVA DE INFORMAÇÃO DO CID. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA OMISSÃO E NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAREM JUSTIFICATIVAS.

3. PARECER **CONVERGENTE DO MPC/DF.**

1. Cuidam os autos do processo em epígrafe de Consulta formulada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF com o fito de esclarecer se o sigilo médico veda informar o CID ao e. **TCDF**, via preenchimento no SIRAC, para análise de concessão de aposentadoria por invalidez (fls. 1/8).

2. No presente momento, retornam os autos ao **MPC/DF** para que este Órgão se manifeste acerca dos questionamentos e solicitações realizados pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM, por intermédio do Ofício nº 100.000-743/2016-PRESI/IBRAM (fls. 215/278), acerca da **negativa** da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SUBSAUDE/SEPLAG em informar o CID referente às doenças que ensejam aposentadorias por invalidez.

3. Para o cumprimento do mister, a zelosa Unidade Técnica emitiu a minuciosa Informação de fls. 299/311, realizando uma retrospectiva de todos os fatos, atos processuais e decisões proferidas no presente feito, concluindo pela manutenção do que já fora diversas vezes decidido por esta e. **Corte de Contas**, cuja conclusão transcrevo abaixo:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

“CONCLUSÃO

31. O cumprimento da Resolução TCDF nº 219/11, no tocante ao cadastramento de aposentadorias por invalidez, está condicionado à informação, pela Coordenação de Perícias Médicas da SUBSAUDE/SEPLAG, dos códigos CID-10 referentes às doenças ensejadoras das aposentadorias.

32. A despeito da Decisão TCDF nº 4262/2014, cujo item II foi reiterado pelas Decisões nº 438/2015 e nº 1868/2015, a informação do CID-10 continuou a ser negada pela citada Coordenação, pelo menos até a data de 20/07/15.

33. Ao tomar ciência da Decisão TCDF nº 4262/2014, **a própria PGDF modificou o entendimento esposado no Parecer nº 87/2014 – PROPES/PGDF, reconhecendo, por meio do Parecer nº 377/2014 – PROPES/PGDF, a necessidade de observar a Decisão desta Corte, dado o seu caráter cogente e impositivo.**

34. **É preciso requerer à Coordenação de Perícias Médicas da SUBSAUDE/SEPLAG a indicação do(s) responsável(eis) pelas recusas em informar ao IBRAM o CID-10 das doenças ensejadoras das aposentadorias de José Jorge de Seixas Junior e Ricardo Luiz Dias Furtado.**

35. A Resolução TCDF nº 219/11, em seu art. 2º, assim dispõe:

Art. 2º O órgão de origem responsável pela edição dos atos mencionados no artigo 1º deve providenciar a formalização dos autos e o cadastramento dos respectivos dados no módulo de concessões do Sistema de Registro de Admissões e Concessões – SIRAC, enviando tanto o processo físico como o ato eletrônico ao órgão de controle interno do respectivo Poder, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação em órgão oficial de imprensa.

Parágrafo único. A intempestividade na formalização do processo físico ou no cadastramento do ato eletrônico no módulo de concessões do SIRAC pode ensejar **ao responsável que lhe der causa** as sanções previstas no Capítulo V da Lei Complementar nº 1, de 09 de maio de 1994, sem prejuízo de outras penalidades que se revelarem pertinentes. (grifo nosso)

36. Em que pese o cadastramento dos respectivos dados no módulo de concessões do SIRAC ser de responsabilidade do órgão de origem, resta claro que a intempestividade no cadastramento dos atos de aposentadoria de José Jorge de Seixas Junior e Ricardo Luiz Dias Furtado foi causada pela Coordenação de Perícias Médicas da SUBSAUDE/SEPLAG, uma vez que se negou a fornecer informação indispensável para o mencionado cadastramento, impedindo também o cumprimento do item II da Decisão nº 4262/2014.

37. O art. 57 da LC nº 1/94, que dispõe sobre a Lei Orgânica deste TCDF, prevê:

Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

(...)

IV – não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência do Conselheiro Relator ou de decisão do Tribunal;

(...)

VI – sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal;

VII – reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.

§ 1º Ficará sujeito à multa prevista neste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal, salvo motivo justificado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

§ 2º O Regimento Interno disporá sobre a gradação da multa prevista neste artigo, em função da gravidade da infração.

38. Assim, o(s) responsável(eis) pelas recusas deverão ser notificados para que apresentem razões de justificativa ante a possibilidade de aplicação de multa, por descumprimento da Decisão TCDF nº 4262/2014.

39. Ademais, convém determinar à Coordenação de Perícias Médicas da SUBSAUDE/SEPLAG que, caso ainda não o tenha feito, informe aos respectivos órgãos de origem o código da CID-10 referente às aposentadorias de José Jorge de Seixas Junior e Ricardo Luiz Dias Furtado (IBRAM), Angelina Donizeti Ferrari Serafim (SEE), Gisele Andrade Soares de Oliveira (SSP) e Adilson Sebastião Bonifácio Rocha (Casa Civil), bem como forneça essa informação a quaisquer órgãos que dela necessitem para cadastrar os respectivos atos de aposentadoria por invalidez no SIRAC.” (Fls. 308/309 – grifos acrescentados).

4. Por derradeiro, a Unidade Técnica sugeriu à e. **Corte de Contas:**

“I. conhecer do Parecer nº 377/14 – PROPES/PGDF (fls. 280/298), que reviu o entendimento exposto no Parecer nº 087/2014 – PROPES/PGDF (fls. 63/70);

II. conhecer dos descumprimentos da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (SUBSAUDE/SEPLAG) à Decisão TCDF nº 4262/14, ao negar ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM) o código da CID-10 referente às aposentadorias de José Jorge de Seixas Junior e Ricardo Luiz Dias Furtado, informação imprescindível para o cumprimento da Resolução nº 219/11 pela autarquia;

III. determinar à Coordenação de Perícias Médicas da SUBSAUDE/SEPLAG que:

a. indique o(s) responsável(eis) pelos acima mencionados descumprimentos à Decisão TCDF nº 4262/14, a fim de que possam ser notificados para que apresentem razões de justificativa ante a possibilidade de aplicação de multa, nos termos do art. 57 da LC nº 1/94;

b. caso ainda não o tenha feito, informe, no prazo de 30 (trinta) dias, aos respectivos órgãos de origem, o código da CID-10 referente às aposentadorias de José Jorge de Seixas Junior e Ricardo Luiz Dias Furtado (IBRAM), Angelina Donizeti Ferrari Serafim (Secretaria de Estado de Educação), Gisele Andrade Soares de Oliveira (Secretaria de Segurança Pública) e Adilson Sebastião Bonifácio Rocha (Casa Civil);

c. forneça a informação dos códigos da CID-10 a quaisquer órgãos que dela necessitem para cadastrar os respectivos atos de aposentadoria por invalidez no SIRAC;

IV. dar conhecimento do teor desta decisão a todos os jurisdicionados desta Corte;

V. autorizar o envio de cópia da presente Instrução à Coordenação de Perícias Médicas da SUBSAUDE/SEPLAG, bem como ao IBRAM. ” (Fl. 310/311).

5. Os autos foram encaminhados a este Órgão Ministerial por meio do r. Despacho Singular nº 334/2016-GCAM, de 8/9/2016, recebidos na Quarta Procuradoria em 9/9/2016.

6. Após este breve relato, passo à análise do presente feito.

7. **Ab initio**, insta destacar que o **MPC/DF** já se manifestou em diversas oportunidades acerca da matéria tratada nos presentes autos, oportunidades em que concluiu



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

pela **necessidade de aposição da CID nas manifestações de indicação de aposentadoria por invalidez dos servidores públicos pertencentes aos quadros das jurisdicionadas do e. Tribunal.**

8. Além da exigência estar relacionada ao exercício da missão institucional dessa c. **Corte de Contas** no aperfeiçoamento do **ato administrativo complexo** que é a concessão da aposentadoria, a exigência da aposição da CID possui íntima conexão com primado constitucional da transparência, mote impulsionador da Administração Pública moderna, democrática e republicana.

9. Mais que um dever do profissional da saúde fazer a designação acima mencionada, tenho que a correta indicação da CID constitui-se em um direito do servidor público, na medida em que a precisa caracterização da doença poderá servir para a aplicação dos institutos da reversão, da readaptação, da concessão da própria aposentadoria por invalidez e da forma de cálculo dos proventos devidos.

10. Caso se considere que é na CID que se encontra prevista a possibilidade de recuperação daquele acometido pela moléstia, assim como se a doença que acomete o servidor é de caráter temporário ou permanente, a ausência da sua indicação impedirá a Administração Pública de concluir se o servidor pode ser readaptado a um novo cargo cujas funções sejam compatíveis com as limitações que sofreu com a incapacidade laboral (readaptação) ou se este poderá retornar ao trabalho, quando cessados os motivos que deram origem à invalidez (reversão). De outra parte, é a indicação da CID que fundamentará se a invalidez ensejará a concessão de proventos integrais ou proporcionais.

11. Assim, aos olhos desta Quarta Procuradoria, não prospera o por demais rechaçado argumento de que a indicação representaria violação ao sigilo médico profissional. Ao contrário, afigura-se em lúdima exigência necessária ao correto exercício do direito dos servidores e da atuação institucional do c. **TCDF**. Pensar de modo diverso equivaleria a aniquilar a competência constitucional atribuída pelo art. 71, III, c/c art. 75 da CF/1988 aos Tribunais de Contas, o que, a toda evidência, não encontra guarida no ordenamento jurídico atual.

12. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas converge** com a manifestação emanada da Unidade Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 3 de outubro de 2016.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador